

**UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO –
UNISA**

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

MARIA DE LOURDES DUARTE

**PASTORAL DA CRIANÇA: UMA JORNADA
SOCIAL PARA PROMOVER A CIDADANIA**

São Paulo - 2008

MARIA DE LOURDES DUARTE

**PASTORAL DA CRIANÇA: UMA JORNADA
SOCIAL PARA PROMOVER A CIDADANIA**

Monografia apresentada para obtenção
do Título de bacharel em Serviço Social
à Faculdade de Serviço Social da
Universidade de Santo Amaro, sob a
orientação da Professora Marli Martins
Galina

São Paulo – 2008
**PASTORAL DA CRIANÇA: UMA JORNADA
SOCIAL PARA PROMOVER A CIDADANIA**

MARIA DE LOURDES DUARTE

Monografia apresentada para obtenção do Título de bacharel em Serviço Social à Faculdade de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro

Data de Aprovação _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Profª.Drª Selma Amaral

Profª Marli Martins Galina (orientadora)

AGRADECIMENTOS

Agradeço o apoio e as orações da minha família e amigos.

Agradeço em particular o apoio e o incentivo das professoras Marli Martins Galina e Selma Amaral.
Meu muito obrigado a todos, meu voto de felicidades.

MENSAGEM

“Ainda que eu falasse a línguas dos homens e dos anjos, se não tiver amor, sou como o bronze que soa, ou como o címbalo que retine. Mesmo que tivesse o dom da profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda ciência; mesmo que eu tivesse toda fé, a ponto de transportar montanhas se não tiver amor não sou nada

1ª Coríntios 13,1-2

SUMÁRIO

Listas de abreviaturas e siglas

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I O ESTADO BRASILEIRO E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

- 1.1 O Estado Brasileiro e as Políticas Sociais
- 1.2 O Estado Brasileiro e a Filantropia
- 1.3 AS Organizações da Sociedade Civil e as Políticas Sociais
- 1.4 AS Organizações Sociais da Igreja Católica
 - 1.4.1 A Teologia da Libertação
 - 1.4.2 As Comunidades Eclesiais de Base - CEBs
 - 1.4.3 A Pastoral da Criança

CAPÍTULO II-A INFÂNCIA NO BRASIL-NECESSIDADES E DIREITOS

- 2.1 Os Direitos Individuais e Sociais
- 2.2 A Situação da Infância no Brasil
- 2.3 A Infância e a Saúde
- 2.4 Os Direitos das Crianças e Adolescentes

CAPÍTULO III A Ação da Pastoral da Criança na Comunidade Santa Terezinha

- 3.1 A ação da Pastoral na Comunidade Santa Terezinha
- 3.2 histórico da Paróquia Santa Terezinha e do bairro de Pedreira
- 3.3 Metodologia
- 3.4 Análise dos dados

Consideração final

Referências Bibliográficas

Listas de Siglas

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB

Comunidade Eclesiais de Base - CEBs

Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA

Fórum Social Mundial – FSM

Organização das Nações Unidas - ONU

Organizações Não Governamentais - ONGs

Sistema Único de Saúde – SUS

Unidade Básica de Saúde - UBS

RESUMO

Esta monografia apresenta um estudo referente a Pastoral da Criança, no bairro Pedreira Subprefeitura da Cidade Ademar. Onde foram entrevistado 10 líderes e 18 usuários com o pressuposto de conhecer o trabalho da Pastoral e compreender as ações e os resultados em relação a garantia dos direitos de

cidadania das crianças e famílias atendidas. Neste percurso o primeiro capítulo mostra a situação do Estado brasileiro e as Organizações da Sociedade civil na construção da cidadania. O segundo capítulo resgata a infância no Brasil e a necessidade de conhecer os direitos por fim o terceiro capítulo mostra a ação da Pastoral, o histórico da bairro e da paróquia Santa Terezinha local das entrevistas o resultado da pesquisa.

INTRODUÇÃO

O tema do presente Trabalho de Conclusão de curso aborda a origem e a atuação da pastoral da criança, junto á população pobre do bairro Pedreira.

O pressuposto deste estudo é o de que o trabalho social da Pastoral da Criança contribui para ampliação dos direitos da população.

O principal objetivo é o de conhecer o trabalho social desenvolvido pela Pastoral da Criança na região da Pedreira, na perspectiva de compreender suas ações e os resultados das mesmas em relação à garantia dos direitos de cidadania das crianças e famílias atendidas.

Portanto é fundamental identificar a atuação dos líderes da Pastoral da Criança, analisando a sua atuação comunitária na região. Conhecer os instrumentos que os líderes comunitários que atuam na Pastoral utilizam no trabalho com a população local e identificar as percepções dos usuários frente aos trabalhos da Pastoral da Criança e em relação aos seus direitos de cidadania.

A Pastoral da Criança é uma organização idealizada, divulgada e coordenada pela Doutora Zilda Arns¹, conhecida nacionalmente e no contexto da Igreja Católica como uma pessoa de sensibilidade, conhecimento e grande desejo de lutar contra as situações precárias de crianças que sofrem com a desnutrição, muitas vezes já no ventre materno.

De acordo com Arns, em entrevista para a Revista ACIM² em maio de 2001, a história da Pastoral da Criança se inicia em 1982 numa reunião sobre a Paz Mundial promovida pela ONU em Genebra.

Começou suas atividades em 1984, na cidade de Curitiba capital do estado do Paraná. Inicialmente contava apenas com 76 lideranças comunitárias.

1 Dr(a).Zilda Arns Neuman, fundadora e coordenadora nacional da Pastoral da Criança. Representante da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) É do Conselho nacional de saúde e Conselheira da Comunidade Solidária. É Também médica, pediatra e sanitarista.

2 Revista ACIM, nº403 de abril de 2001—uma publicação mensal da Associação Comercial e Industrial de Maringá—Estado do Paraná.

Hoje, a partir da dedicação da Dr(a).Zilda, a Pastoral da Criança desenvolveu-se e tornou-se um trabalho reconhecido mundialmente, visto que em 2001 ela foi indicada para o Prêmio Nobel da Paz.

O trabalho desenvolvido pela Pastoral da Criança é ecumênico e o enfoque do trabalho não é só de cunho religioso e sim de consolidar

direitos, elevar a auto-estima, diminuir /prevenir doenças entre as crianças e mulheres.

A Pastoral da Criança soma seu trabalho de atender as necessidades básicas de crianças e famílias com o de diversas Organizações Não Governamentais (ONGS) e/o de Entidades Filantrópicas que hoje atuam junto à população excluída de bens e serviços no Brasil.

Atender necessidades básicas significa garantir direitos de cidadania. Como podem as Organizações Sociais cumprir esta missão?

Para tentar compreender essa situação é preciso um aprofundamento histórico, buscando situar o trabalho da Pastoral da Criança no contexto dos trabalhos sociais da Igreja Católica. Também é necessário fazer um resgate da ação do Estado, procurando compreender o papel de cada um neste desafio.

Este trabalho tem por objetivo apresentar as atividades da Pastoral da Criança, para esta finalidade foi realizada uma pesquisa na comunidade Santa Terezinha, bairro de Pedreira, onde procurei compreender as atividades da Pastoral em relação a sua atuação junto às crianças procurando constatar os efeitos desta atuação no sentido de promover a cidadania do público alvo.

A Pastoral da Criança é um serviço vinculado à Igreja Católica Apostólica Romana portanto, faz-se necessário compreender o seu papel e a atuação como Organização da sociedade civil que atua para atender necessidades importantes da população que não tem acesso às políticas sociais. No primeiro capítulo busco elementos para refletir sobre o papel das Organizações Sociais e suas relações com o Estado na sua atuação dentro do campo das Políticas Sociais.

No segundo capítulo é necessário compreender a situação da criança de 0 a 6 anos no Brasil em relação aos seus direitos em especial a saúde, que é o campo específico da Pastoral da Criança.

Ação da Pastoral da Criança e a pesquisa realizada na paróquia Santa Terezinha faz parte do terceiro capítulo.

A metodologia do trabalho consta de entrevista com dois modelos de questionário diferenciados, um para as lideranças e outro para os usuários dos serviços da Pastoral. Estes questionários foram compostos com questões abertas e fechadas. Foram entrevistados 10 líderes e 18 usuários.

CAPÍTULO I – O ESTADO BRASILEIRO E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA CONTRUÇÃO DA CIDADANIA

1.1 O Estado brasileiro e as Políticas Sociais

Somos brasileiros, pertencemos a uma nação que tem mais de 500 anos. Possuímos raízes fundamentadas num passado de dor. Mas, resgatar a história de um povo é fortalecer o presente para assim projetar o futuro.

Estamos iniciando o século XXI e fazemos planos para um país que respeite o cidadão brasileiro.

Analisando o Brasil a partir da década de 60 é necessário destacar o período do “ massacre da dignidade e da cidadania brasileira”. Em 1964 o Brasil sofreu um golpe militar, assim o Congresso nacional ficou fechado durante vinte anos. O país ficou nas mãos de generais que instituíram medidas que tiraram a liberdade de expressão do povo e da mídia.

De fato o período da ditadura militar fez com que o Brasil sangrasse devido a tantas torturas, perseguições e mortes violentas, principalmente de jovens estudantes indignados com a opressão dos generais.

Neste período o governo não conseguiu impedir que vários movimentos sociais surgissem para protestar contra o regime militar. Movimentos formados por milhões de estudantes, uma parcela da igreja católica e alguns grupos que tentavam conscientizar a população organizando passeatas e diversos atos, alguns até violentos como seqüestro e atentados.

É importante destacar não foi apenas no Brasil, mas em toda a América Latina surgiram governos ditatoriais.

Após vinte anos do golpe militar no Brasil, começa-se a falar em “abertura política”. Assim em meados da década de 80, o país inicia seu processo de redemocratização. O primeiro presidente civil após a ditadura militar foi José Sarney.

No governo Sarney há uma retomada no crescimento econômico e propostas para reformular a Constituição do país. Uma das medidas do governo na tentativa de estabilizar a economia.

Estamos inseridos numa sociedade que vive um processo de profundas mudanças no âmbito social, estatal e político. Neste cenário de lutas de classes, de interesses, partidos e de mudanças importantes, principalmente a partir da década de 70, vemos o fortalecimento das organizações da sociedade

civil em atuações isoladas ou em parcerias com o Estado, em ações que ora compreendemos como políticas sociais, ora como filantropia e/ou solidariedade.

1.2 O Estado brasileiro e a Filantropia

Filantropia é uma palavra originária do grego (philos significa amor e antropos significa homem. Neste sentido filantropia é entendida como amor universal entre os seres humanos, amor gratuito, voluntário. A filantropia está no campo filosófico, moral e dos valores. E a Igreja Católica atribui-lhe o sentido de caridade, de benemerência, bondade, ajuda ao outro.

No Brasil a filantropia é uma ação tradicionalmente relacionada a assistência social. Embora a Constituição Federal de 1988 defina a Assistência Social como política social, de direito de todo o cidadão que dela necessite e de responsabilidade do Estado, vemos que o Estado brasileiro busca constantemente transferir o seu “dever” para a filantropia, tornando a assistência social mera questão de “ajuda, auxílio, socorro, caridade”.

Como afirma Mestrner,(2001,29)

“...A ausência de instrumentos institucionais aprovados para afiançar direitos ao cidadão e mesmo para responder as lutas da população parece ser tônica do Estado face à assistência social”

Ainda segundo Mestriner(2001) a história da filantropia no Brasil aponta algumas fases que vão demonstrando sua intencionalidade: Uma filantropia disciplinadora no enfrentamento da questão social no período de 1935 a 1945; Uma filantropia partilhada sob o âmbito educacional no período de 1946 a 1964;Uma filantropia de clientela e apadrinhamento, que vai de 1964 a 1985;Uma filantropia vigiada entre a benemerência e a assistência social que vai de 1985 a 1993 e a última e mais recente fase, Uma filantropia democratizada de 1994 até o ano 2000.

Em suma a política pública de Assistência Social através da ação do Estado e a filantropia, através das Organizações Não Governamentais, da Igreja e da ação individual da caridade mantêm historicamente uma relação estreita, onde o Estado utiliza-se de mecanismo ora para firmar parcerias, ora para delegar totalmente suas responsabilidades para a ação da filantropia.

Conforme afirmação de vários estudiosos das políticas sociais, no Brasil não vivenciamos totalmente uma fase importante do Estado capitalista que é o estado de Bem Estar Social ou Welfare-State, mas verificamos ao longo da nossa história que em determinados períodos, o Estado brasileiro parece incorporar os interesses da classe dominada e possibilitar-lhes atencimentos mais amplos em suas necessidades, o que ameniza conflitos no contexto das relações sociais.

No entanto, segundo Mestriner,(2001) a tônica do Estado brasileiro tem sido o chamado “estado mínimo” ou Estado neoliberal, que se descompromete de suas responsabilidades sociais.

“Neste final de século xx, travestido de Estado mínimo pelo neoliberalismo, reforça sua posição de recuo, desobrigando-se do seu “dever de Estado”, entendendo tal dever mais que nunca como obrigação do cidadão, da família, da comunidade e da sociedade” (Mestriner,2001:21)

Na perspectiva da isenção da responsabilidade do Estado, vemos a ação das ONGS e muito fortemente da Igreja Católica no Brasil, assumindo diversos trabalhos sociais procurando conter a miséria e crescente demanda por serviços sociais ou políticas sociais.

1.3 As Organizações da Sociedade Civil e as Políticas Sociais

O Estado é o órgão responsável por implantar, financiar e administrar as políticas sociais, porém ele é uma instituição limitada por condições sócio-históricas que envolvem interesses, ideologias, capacidades de gestão e financiamentos e conjunturas internas. Sendo assim, não consegue abranger a toda sociedade. Ele tem por função legal garantir o Bem-Estar e os direitos dos cidadãos, mas o que vemos de fato é a ineficiência da máquina burocrática estatal, os desvios de recursos públicos que associados a tantas outras variáveis tornam suas ações ineficientes, deixando a população à mercê de promessas vazias e serviços essenciais não realizados.

Neste contexto de desresponsabilização pública, o Estado assume parcerias ou delega suas atribuições às Organizações Não Governamentais Entidades filantrópicas ou ao chamado Terceiro Setor, que passam a desenvolver serviços sociais para atendimento às necessidades da população.

Sendo assim, o terceiro setor é como um espaço de participação e vivência popular onde as pessoas experimentam outras formas de agir na sociedade.

As ONGs, Entidades filantrópicas ou Organizações do Terceiro Setor no Brasil, estão empenhadas em diversas atividades de atendimentos às necessidades sociais dos brasileiros excluídos do acesso às políticas sociais, recebendo ou não financiamento do Estado ou das empresas privadas.

1.4 As Organizações Sociais da Igreja Católica

Historicamente a Igreja Católica desenvolve atividades voltadas para caridade, como parte de sua ação cristã, mas foi somente a partir do Concílio de Trento que ocorreu de 1545 à 1563, que a Igreja estabeleceu algumas regras que afirmavam o seu credo e também reorganizou e expandiu suas obras de caridade.

O Concílio ecumênico Vaticano II de 1962 consolidou e ampliou o conceito de “práticas caritativas”, apresentando um discurso que vinha ao encontro às concepções de direitos humanos adaptando-assim a atuação da Igreja Católica ao mundo moderno.

Embora no Brasil, a criação da Conferência dos Bispos do Brasil-CNBB tenha ocorrido em 1952, foi somente a partir dos anos 70 que a CNBB começa a interagir com a realidade brasileira, participando, priorizando atividades em prol a população excluída.

A promoção de direitos priorizados pela Igreja na década de 70 embora não seja mérito seu - influencia diversos movimentos sociais que nascem nas “comunidades eclesiais de base” e se fortalecem como espaços de lutas políticas por direitos sociais e cujo ponto alto foram as “pressões” para conquistar espaços no texto da Constituição Federal de 1988.

Após a realização deste importante Concílio, surge na América Latina a Teologia da Libertação.

1.4.1 A Teologia da Libertação

A Teologia da Libertação é uma doutrina que surge na América Latina em 1960, pautada nos princípios religiosos e de justiça social.

“...Ela dá grande ênfase à situação social humana .O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez é um dos mais influentes proponentes desse movimento.Destacam-se também o teólogo estadunidense Cornell West e o brasileiro Leonardo Boff.Esta concepção teológica surgiu na década de 1970, quando se espalhou de forma especial na América Latina, sendo uma das orientações para a pastoral das Comunidades Eclesiais da Base (CEBs).

Partes importantes de seu ensinamento foram rejeitadas pelo Vaticano”³(2008).

Segundo Boff que reafirma sua espiritualidade e confiança na construção de um outro mundo possível e afirma que a Teologia da Libertação ainda é uma referência importante e válida para discussão no Forum Social Mundial .

“A Teologia da Libertação nasceu no final dos anos 60, com os mesmos propósitos hoje definidos pelo Fórum Social Mundial. A libertação a partir dos recursos espirituais e éticos. A vontade de trabalhar para os pobres, de unir esforços em torno desta causa, de ir além. ”(Boff,2005).

A Teologia da Libertação – eixo teórico importante das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) afirma a importante ação da Igreja das ONGs, dos partidos políticos, enfim da sociedade civil,para,combater a pobreza no mundo.

3.Site <http://pt.wikipedia.org/wiki>

4.Leonardo Boff - ex frei brasileiro, recebeu o Prêmio Nobel alternativo em Estocolmo, referente ao seu trabalho militante e obras que discutem a Teologia da Libertação.Trecho de sua entrevista para o site <http://www.ipsterraviva.net/tv/wsf2005>

“Nós os teólogos e religiosos do mundo, estamos sempre participando das intervenções propiciadas pelo FSM, justamente porque vemos aqui a possibilidade de conscientizar os povos para o momento histórico que estamos atravessando. Fundamentalmente, temos que superar a pobreza, erradicá-la do mundo . Isto é comunidade de base, dos voluntários ao longo do planeta. ’ (Boff,2005)5

1.4.2 As Comunidades Eclesiais de Base-CEBs

As CEBs surgem no Brasil na década de 60 e são organizada por agentes pastorais-padres, religiosos e leigos.

A são pequenos grupos que atuam próximos às paróquias, nas áreas urbanas e rurais, composto por pessoas que professam a mesma fé e residem no mesmo bairro.Reúnem-se após o culto religioso para discutir diversos

problemas de sua realidade, apontar possíveis soluções e organizar lutas reivindicatórias. Os "animadores" das CEBs são os agentes pastorais cujo papel é o de prestar assessoria ao grupo. Cada participante do grupo é considerado "um protagonista da história".

Suas ações são realizadas pautadas na metodologia do VER, JULGAR e Agir. Com estas perspectivas, os agentes pastorais procuram ver a ação dos participantes como sujeitos de sua história e buscam uma formação constante que objetiva a mudança no espaço comunitário. Este espaço é o local da reunião, reflexão, troca de idéias e planejamento de práticas transformadoras.

"O trabalho pastoral criou uma nova consciência naqueles que no país, buscaram a libertação do povo. A consciência de que essa libertação somente será possível à medida em que as classes populares puderem assumi-la e realizá-la" (Boff, 1985)

Embora a Teologia da Libertação e as CEBs tenham suas origens na Igreja Católica, seus ideais ultrapassam esta fronteira e embasam os movimentos populares que despertam para as mobilizações sociais e exigem mudanças na esfera dos direitos sociais.

5.. [HTTP://www.wipsterraviva.net/tv/wsf2005](http://www.wipsterraviva.net/tv/wsf2005)

1.4.3 A Pastoral da Criança

A Pastoral da Criança é um dentre tantos trabalhos sociais da Igreja Católica. Esse "direcionamento" para a ação filantrópica como já mencionado, tiveram como ponto de partida o Concílio de Trento (1545 a 1563), reforçados no Concílio Ecumênico Vaticano II (1962). Nesta trajetória, a ação da Ordem de São Vicente de Paula que teve origem no século XVII é uma referência de atuação social da Igreja Católica no Brasil. A Pastoral da Criança é uma atividade vinculada a CNBB⁶.

De acordo com Arns, (2001) o projeto teve início numa reunião da Organizações das Nações Unidas (ONU) EM 1982.

"Essa história começou em 1982, numa reunião sobre a paz mundial, da ONU em Genebra. O então diretor executivo do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para Infância e Adolescente), James Grant,

convenceu Dom Paulo Evaristo Arns, na época cardeal de São Paulo, de que a Igreja poderia ajudar a salvar a vida de muitas crianças, que morriam de doenças de fácil prevenção, como a desidratação causada pela diarreia. De volta ao Brasil, Dom Paulo me perguntou se eu aceitaria desenvolver um projeto deste nível. A ideia veio ao encontro do que eu pretendia. Como médica pediatra e sanitária, sentia falta de um trabalho de educação nas comunidades, junto às famílias, especialmente, às mães. A proposta foi apresentada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) EM 1983, A CNBB indicou Dom Geraldo Majella, que na época era arcebispo de Londrina, para acompanhar o trabalho testar o modelo em sua diocese”. (Parizotto, 2001)7

O “sonho” de 1983, hoje é realizado em muitas comunidades do Brasil, principalmente nas regiões mais pobres, através do empenho dos líderes voluntários da Pastoral da Criança.

6. A Conferência Nacional dos bispos do Brasil (CNBB) é um organismo permanente que reúne os Bispos Católicos do Brasil que, conforme o Código de Direito Canônico, “exercem conjuntamente certas funções pastorais em favor dos fiéis do seu território, a fim de promover o maior bem que a Igreja proporciona aos homens, ... Pertencem à CNBB pelo próprio direito, todos os Bispos diocesanos do Brasil, confiados pela Sé Apostólica ou pela Conferência dos bispos. A CNBB foi fundada em 14 de outubro de 1952, no Rio de Janeiro. A transferência da sede para Brasília aconteceu em 1977. (Site <http://pt.wikipedia.org/wiki>)

7. Revista ACIM. nº403 de abril de 2001 - uma publicação mensal da Associação Comercial e Industrial de Maringá – Em entrevista da Drª Zilda Arns à Tereza Parizotto editora Revista ACIM e jornalista da Assessoria de Comunicação da Universidade Estadual de Maringá.

A dedicação da Drª Zilda e o desenvolvimento da Pastoral da Criança é um trabalho reconhecido mundialmente, isto que em 2001 ela foi indicada para o Prêmio Nobel da Paz.

A história da Pastoral da Criança iniciada em 1984, na Cidade de Curitiba, cotava com a atuação de 76 líderes voluntários. As principais orientações que os líderes passaram a receber para a sua capacitação foram de conhecer a saúde da gestante, aleitamento materno, vigilância nutricional, reidratação oral e vacinação.

Os líderes também refletem sobre formas de trabalhar junto com as famílias, pois um dos objetivos da Pastoral da Criança é reduzir a mortalidade infantil, além de garantir os direitos da gestante e da criança, assegurados na Constituição Federal brasileira e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O trabalho desenvolvido pela Pastoral da Criança é ecumênico. Os líderes e as famílias acompanhadas pertencem a distintas igrejas de denominações cristãs.

Mesmo porque o enfoque do trabalho não é só de cunho religioso e sim de consolidar direitos, elevar a auto-estima, diminuir/prevenir doenças entre as crianças e mulheres.

A atuação da Pastoral da Criança soma o seu trabalho com o de diversas Organizações Não Governamentais (ONGs) e/o de Entidades Filantrópicas que hoje atuam junto à população excluída de bens e serviços que atendam suas necessidades básicas.

CAPÍTULO II - As necessidades e os Direitos das crianças no Brasil

2.1 Os direitos individuais e sociais

O ser humano é portador de direitos históricos, conquistados pela humanidade ao longo dos séculos e hoje reconhecidos legalmente na maior parte do mundo.

As lutas pelos direitos humanos já se manifestavam no início das civilizações, através de sistemas de proteção aos valores humanos marcados pelo humanismo religioso, tanto no ocidente quanto no oriente.

Os direitos humanos são construídos a partir de concepções filosóficas, políticas ideológica.

Estudando a evolução histórica dos direitos humanos, DORNELLES (1989; 30) aponta a seguinte classificação:

Uma primeira geração de direitos, onde se destaca as lutas populares contra os privilégios da aristocracia, constituição do mercado livre, a declaração dos direitos individuais, com forte influência da doutrina liberal.

Uma segunda geração de direitos, quando a burguesia deixa de ser revolucionária e de temer os aristocratas do antigo regime absolutista, mas temem a relação da população empobrecida e insatisfeita, por não viverem os direitos conquistados anteriormente.

Os direitos resultam do processo de desenvolvimento industrial e da emancipação da classe operária. Frutos das lutas por reduções da jornada de trabalho, e por condições dignas para trabalhar e viver. São as origens da terceira geração de direitos quando o capitalismo alcança grande poder (imperialismo) e as empresas se fundem em grandes conglomerados econômicos.

“...Trata –se portanto, não apenas de enunciar direitos no textos constitucionais, mas também de prever os mecanismos adequados para a viabilização das condições de satisfação,(..), o Estado passa ser o agente promotor das garantias e direitos sociais ...”(DORNELLES,1989,30)

No plano Internacional as cartas de direitos individuais surgem no continente americano:

A Declaração americana de direitos e deveres do homem;

A Convenção americana de direitos humanos;

A Declaração universal dos direitos dos povos.

Os principais órgãos de defesa dos direitos humanos hoje existentes são;

Organizações mundiais como Organização das Nações Unidas (ONU); a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

O Brasil e América Latina não tem tradição em lutas por direitos mas segundo DORNELLES,

“As lutas oposicionais de resistências democrática contra os regimes de exceção acabaram por despertar, para o conjunto da sociedade, a atenção para o problema das liberdades, garantias e direitos.” (1989,45)

O Brasil, só após muitas lutas populares consegue implantar leis e garantir direitos sociais – a partir da Constituição de 1988 que cria condições para a elaboração de leis importantes como as leis Orgânicas das Políticas de

Seguridade Social, o Estatuto do Idoso e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

2.2 A Situação da Infância no Brasil

Refletir a situação é repensa – lá a partir do ventre materno. A ciência nos informa que crianças que são geradas recebendo estímulo afetivos e uma boa alimentação, cuidados de saúde da gestante, nascem mais tranquilas e saudáveis.

Os líderes da Pastoral da Criança em seu trabalho realizam várias orientações importantes para as gestantes e mães, para que evitem as bebidas alcoólicas e o fumo, principalmente no período de gestação.

Informam que “as que conseguem já estão respeitando a criança”.

Os bebês nascem necessitando da presença do adulto que deve alimenta – los protege – los e cuidar das suas necessidades individuais.

Portanto, o adulto é responsável pela proteção integral, formação moral e cognitiva da criança, principalmente na primeira fase da infância que vai do 0 aos 6 anos de idade.

Ao longo da história o ser humano foi conquistando e garantindo os seus direitos. O mais elementar de todos é o direito a vida e a liberdade:

“Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos (...). Todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta declaração, sem distinção de espécie, seja de raça, cor ,sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição (...). Todo homem tem direito a vida, a liberdade e a segurança pessoal” (artigo I, II e II).⁸

O desenvolvimento da inteligência humana se inicia no ventre materno e tem na chamada primeira infância sua fase mais importante. Quando as crianças não possuem condição plenas de desenvolvimento, principalmente nestas fases, elas tornam – se vítimas, devido a sua fragilidade e sofrem conseqüências que perduram por toda a sua vida.

As crianças filhas das famílias em situação de pobreza são as mais vitimizadas pela falta de condição para o seu pleno desenvolvimento, pois suas famílias não conseguem garantir – lhes condições adequadas de habitação, alimentação, cuidados de saúde, higiene, lazer, ambiente educativo.

Segundo Soares (2002) "...a pobreza é dor, e dói como uma doença. Ataca a pessoa não só materialmente, mais também moralmente. Ela fere a dignidade da pessoa e conduz ao desespero."

Ainda: " A vulnerabilidade é outro aspecto importante na situação de pobreza, ela indica sejam uma falta de defesa com relação às condições diversas provocando insegurança e expondo continuamente as famílias a riscos, choques e tensões".

Os pequenos brasileiros habitam em lares sem condições adequadas de saneamento, água, esgoto, outros, e estes são alguns dos indicadores da falta de Bem – Estar para os diversos moradores do centro urbano. Enfim, não se pode separar as condições sócio – econômicas de vida condições morais e culturais para os pequenos brasileiros e suas famílias. O ECA prioriza que o ambiente familiar deve ser saudável e a primeira condição da formação moral psíquica da criança e a saúde deve ser pensada como uma estrutura de bem social integral para a criança e a sua família

8 Declaração Universal dos Direitos dos Homens proclamada a 10 de dezembro de 1948 pela Assembléia das Nações Unidas.

2.3 A Infância e a Saúde

Ser portador de uma saúde plena e viver uma vida saudável não é um a utopia, é um direito garantido na Constituição Federal. Como cita Almeida (1998):

"(...) a saúde e direitos de todos e dever do Estado, garantido mediante política sociais e econômicas que visam a redução do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para a sua promoção, proteção, e recuperação"(Almeida, 1998, 48).

Ter acesso a bons hospitais, Unidades Básicas de Saúde (UBS), a mecanismos que previnem doenças, medicamentos e tratamentos gratuitos, também fazem parte da cidadania, e do direito a saúde.

A saúde das criança e um aspecto primordial visto que sua garantia é fundamental para o seu processo de desenvolvimento. Com plena saúde a criança alcança seu pleno crescimento físico, moral e social. Sem a saúde a

criança é um ser frágil, vítima das diversas circunstâncias, no seio familiar e na sociedade.

A alta taxa de mortalidade infantil é uma das principais consequências da falta de uma atenção às condições de vida e da saúde das crianças.

Segundo o livro do Líder da Pastoral das Crianças (2000): “Outros dados que reforçam a mortalidade infantil são :a ausência das mães em órgãos públicos de saúde no período pré –natal, parto e pós – parto, a diarreia, a pneumonia e a desnutrição.”

Portanto, refletir sobre os problemas e falhas nos atendimentos e / ou possíveis propostas que assegurem as necessidades das crianças de zero a seis anos é garantir um processo de aprendizagem humano :seja nas áreas de saúde, alimentação, higiene, e outros que são fundamentais para atender os direitos de cidadania das crianças.

“A criança doente não aproveita adequadamente nem mesmo os alimentos disponíveis e ficam impossibilitada de exercer em plenitude o papel social de internalizar sua cultura,de explorar o ambiente de ampliar assim suas possibilidades enquanto sujeito. A doenças rouba – lhe a infância e a cidadania”(ALVES 1991,26)

SOLYMOS e SAWARA,apontam algumas doenças que acometem frequentemente as crianças brasileiras e que com um bom sistema de prevenção e melhoria geral nas condições de vida, poderiam ser evitadas. As doenças são as diarreias, a pneumonia, e a desnutrição.

Há uma necessidade urgente de uma ação conjunta como menciona

SOARES: “A intervenção não pode se resumir apenas a uma suplementação alimentar, como tantas vezes foi feito em programas governamentais,mas deve considerar a família da criança desnutrida e buscar soluções para tira – la da situação de exclusão social em que se encontra “(2002)

Podemos destacar que existem bons projetos para a infância que valem a pena a serem citados, pois estes garantem vida saudável para criança reduzem o risco da mortalidade infantil como: atenção da mãe durante a gestação – fazendo pré – natal, a garantia do aleitamento materno, no mínimo até o sexto mês de vida, atenção as companhias de vacinação e orientações à hidratação oral das crianças.

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) seriam os maiores responsáveis em promover a saúde e previr doenças tendo princípios fundamentais atenção integral e humanizada.

Como afirma Zauhy (2002) “Acolher significa, entre outras coisas, dar credito, dar ouvidos, Em ultima analise, tronado –se o sistema de saúde como pano de fundo, o Acolhimento pode significar a facilitação do acesso da população aos serviços de saúde e também oferecimento de assistência adequada.”

A saúde não é apenas ausência de doenças, mas é prevenção, cuidados com a alimentação e principalmente com investimentos nas áreas econômicas e sociais, que visem a promoção humana nas suas condições físicas, mentais e social. Saúde não é um fenômeno isolado, interage com todas as condições sociais, econômicas e ambientais. Logo oferecer qualidade de vida é promover a vida num contexto amplo e organizado.

2.4 Os Direitos das Crianças e Adolescentes no Brasil

As lutas por direitos efetivos e não discriminatórios para as crianças e adolescentes brasileiros iniciou – se com a contestação do conceito de infância e juventude – denominado de “menores” e restrito às crianças e adolescente de baixa renda – contido no Código de Menores de 1927. Este tinha como objetivo cuidar das questões da higiene da infância e da delinqüência. Com o passar dos anos este código é analisado e debatido na sociedade brasileira, passando a ser percebido como instrumento de não garantia de direitos mas sim de uma visão altamente discriminatória.

Porém é somente na Constituição de 1988 que se introduzem propostas debatidas nos movimentos de lutas pelos direitos infanto – juvenis. O artigo 227 da Constituição Federal de 1988 funda –se na doutrina proteção integral que será a base do ECA.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA é promulgado em 13 de julho 1990 e acrescentou novos conteúdos no conjuntos de direitos da infância e adolescência – um instrumento que define papéis para o Estado, Sociedade e Família, exigindo e cobrando respeito, proteção e prioridades na atenção para com as crianças e adolescentes, sob pena de responsabilização por danos causados por ações e omissões.

Ao aprofundar o conhecimento sobre o ECA, percebe – se que ele acrescenta novos conteúdos aos direitos da infância e juventude contemplando políticas sociais básicas, de proteção social: saúde, previdência (salário família por exemplo) e assistência social; de proteção especial e de garantia e defesa de direitos.

O ECA pode ser “aclamado” como um instrumento legal moderno e avançado, um referencial mundial e uma das maiores conquistas da sociedade civil

brasileira. No entanto é preciso ter claro que, já com mais de 18 anos de vigência do Estatuto, a sociedade brasileira convive ainda com muitas dificuldades para a sua execução. Os mecanismos institucionais para a sua aplicação e defesa – gestão, financiamento e controle social – ainda sofrem das faltas de condições institucionais e materiais, do desconhecimento, da extrema burocracia e do despreparo de recursos humanos para defendem estes direitos legalmente garantidos.

Tais negligência ou “manchas” no sistema de concretização de direitos, fragilizam este importante legislação, fruto de tantas lutas.

Os artigos 1º,2º,3º e o 4º do Livro 1 das Disposições Preliminares do Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº8 ao 69, de julho de 1990 são muito importante para compreendermos a importante evolução na proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes no nosso país.

“Art. 1º Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera – se criança, para os efeitos dessa lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, adolescentes aquele entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade.

Art.3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes á pessoa humana,sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhe facilitar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade.

Art.4ºÉ dever da família, da comunidade da sociedade em geral e do Poder Publico assegurar com absoluta propriedade, a efetivação dos direitos referentes á vida,á saúde, á liberdade, á educação ao esporte ao lazer á profissionalização, á cultura ao respeito á liberdade e á convivência familiar e comunitária”.

CAPÍTULO III A Ação da Pastoral da Criança na comunidade Santa Terezinha

3.1 A Ação da Pastoral da Criança na paróquia Santa Terezinha

O trabalho da Pastoral da Criança nesta paróquia teve início em 1994, possuía um coordenador e 4 líderes.Possuíam 16 famílias atendidas e com 34 crianças.

A Pastoral da Criança na paróquia Santa Terezinha em Pedreira, está vinculada à Diocese de Santo Amaro – que oferece uma das estruturas para o desenvolvimento do trabalho.

Através da Diocese a Pastoral recebe o apoio financeiro que vem da Central da Pastoral da Criança, localizada em Curitiba. Esses recursos são provenientes da participação de alguns parceiros, dentre eles: o Grupo Esquel, Gerdau, Banco HSBC, Novartis, Ministério da Educação, outros.

Para completar a verba que não é suficiente, a Pastoral da paróquia Santa Terezinha, organiza bingos, bazares e também recebe doações (roupas, alimentos, brinquedos,...)

As atividades oferecidas pela Pastoral na paróquia Santa Terezinha são: o dia da paisagem (brincadeiras, lanches e reuniões mensais com os pais), festas comemorativas como Páscoa, dia das crianças, Natal,...

Os líderes participam de reuniões nas UBS, e tem formações contínuas com a coordenação de setor.

Nestes 14 anos de existência da Pastoral da Criança na Paróquia já foram atendidas mais de mil crianças. O conhecimento deste trabalho envolveu pesquisa, onde utilizei instrumentais para registrar o trabalho desenvolvido pela Pastoral da Criança, as dificuldades perante a demanda, as condições das famílias atendidas – vítimas da exclusão e/ou precariedade de atendimento das políticas sociais, em especial de saúde e do não atendimento aos direitos a elas garantidos na Constituição Federal.

3.2 HISTÓRICO DA PARÓQUIA SANTA TEREZINHA

A paróquia Santa Terezinha teve sua origem em 1967, as pessoas se reuniam para orarem e sonhavam com um local apropriado para manifestarem sua fé, para isto organizavam quermesses para obterem recursos. Nesta ocasião os fiéis já tinham a imagem de santa Terezinha. Em 1971 os fiéis conseguem comprar o terreno e dão início a construção da igreja. A paróquia pertencia a Arquidiocese de São Paulo, Igreja matriz Nossa Senhora do Sabárá (Campo Grande SP) foi desmembrada em 1989, com a divisão das dioceses a paróquia pertencerá a Diocese de Santo Amaro setor Pedreira.

Há diversos trabalhos na paróquia Pastoral da família, Catequese de crianças, jovens, a Pastoral da Criança o foco desta monografia e outras.

Nestas quase quatro décadas de existência a Paróquia Santa Terezinha tem em média mil frequentadores em suas missas e em suas pastorais.

Histórico do bairro Pedreira

O distrito Pedreira esta inserido na Subprefeitura da Cidade Ademar. A Cidade Ademar esta localizada na zona sul do município de São Paulo é uma das regiões mais pobre e violenta da cidade. A cidade Ademar foi nomeado distrito em 1946, na década 70 com o processo do êxodo rural e a explosão industrial houve o crescimento da região.

Até 1996 a cidade Ademar pertencia à região administrativa de Santo Amaro da qual era região periférica, nestes 62 anos de existência a população apontada no censo 2000 é de 243.372 habitantes, com renda média de R\$921,86, com IDH 0,800 elevado. A subprefeitura Cidade Ademar é uma região administrativa da região Sul-área geográfica 6.

O distrito Pedreira possui cerca de 120 mil habitantes e é composto por doze bairros: Jardim da Pedreira, Balneário São Francisco, Vila Missionária ,o bairro Jardim Santa Terezinha onde localiza-se a paróquia local da entrevista, entres outros.

O bairro Pedreira surgiu na década de quarenta a origem do seu nome esta ligado a uma fábrica de louças, hoje no local funciona a Usina Piratininga e também a uma pedreira que pertencia ao governo da época. Tanto a fábrica como a pedreira era locais de trabalhos. Muitas terras foram vendidas a partir de 1961 possibilitando o crescimento do bairro, neste inicio apenas uma única linha de ônibus funcionava era a linha Eldorado-Largo São Francisco, também uma única capela na vila Emir e única escola a Escola Estadual de Primeiro Grau Manuel Borba Gato que existe ainda hoje. Na época faltavam saneamento, asfalto, energia elétrica mas havia muitas chácaras, sítios, e muita água limpa das represas próximas.

Em 1992 muitas ruas foram asfaltadas, melhoraram o saneamento básico, o meio de transporte público, os postos de saúde, no entanto ainda faltam muitos investimentos no bairro.

Os limites geográficos do Distrito Pedreira são: Ao Norte, o Distrito Cidade Ademar, ao Sul, a subprefeitura Capela do Socorro, ao Leste, a represa Billings e o Município de Diadema, ao Oeste, o bairro Santo Amaro.

3.3 METODOLOGIA

Roteiro utilizado

- Pesquisa qualitativa na paróquia Santa Terezinha
- Coleta de dados com líderes da pastoral e usuários
- Questionários com perguntas fechadas e abertas, sendo 18 perguntas para os usuários e 10 para os líderes
- Critérios para os líderes residir no bairro e trabalhar na Pastoral mais de cinco anos
- Critérios para os usuários participar da Pastoral mais de um ano
- Período da pesquisa julho
- Tabulação dos dados e análise

3.4 ANALISE DOS DADOS

Uma das perguntas aos líderes da Pastoral da Criança era em relação ao tempo em que trabalhavam na Paróquia Santa Terezinha, foi mostrado que 4% ou seja a maioria trabalhavam mais de cinco na paróquia.

O que é necessário para ser líder?

As respostas foram:

- Ter boa vontade, disponibilidade de tempo ter amor a próximo;
- Ter espírito de doação, participar das formações;
- Ser humilde, ter carinho pelo que faz;
- Gostar da causa da Pastoral;
- Ter fé em Deus;
- Ser perseverante;
- Ser simpática;
- Ter coragem para enfrentar os desafios.

Por qual motivo é líder?

2% gosta de ser útil

3% por afinidade

4% gosta de ser voluntário

4% porque gosta do trabalho da Pastoral

Qual a importância do trabalho "educativo" da Pastoral?

Os usuários entrevistados avaliam

5,5% como bom

3,4% como ótimo

1,0% como regular

Porque utilizam os serviços da Pastoral?

6,0% pelos diversos trabalhos da Pastoral

4,2% por ficar perto da residência

1,4% por orientação médica

1,1% por outros motivos

Você compreende as informações dos líderes?

100% responderam sim.

Em relação a saúde os líderes avaliam que os métodos da Pastoral são:

7,0% bom

2,0% ótimo

1,0% regular

Em relação a saúde os usuários aponta que :

Procuram consulta para o filho:

5,0% uma ou mais vezes no mês

3,0% uma vez no mês

2,2% de três em três vezes no mês

2,2% apenas em caso de emergência

1,4% uma ou duas vezes no ano

Os usuários avaliam os serviços da área da saúde como:

4,4% regular

2,7% bom

2,2% ótimo

1,1% ruim

Os líderes e usuários concordam que os métodos da Pastoral da Criança são bons ou ótimos e que conseguem amenizar a defasagem das UBS. Sendo assim um dos principais objetivos que é ver as crianças saudáveis é alcançado. Mediante a estes dados recordo que a saúde é um direito do Estado assegurado pela Constituição Federal de 1988.

O SUS – Sistema único de saúde também é assegurado pelo Estado foi criado com o ideal de não apenas disponibilizar postos de saúde, hospitais, mais que as pessoas possam receber orientações dos agentes de saúde para assim antecipar os problemas com a saúde. Em muitos locais faltam estes agentes e que faz este papel de visitar e acompanhar a gestante e as crianças e outros é o líder da Pastoral, e como ele reside no bairro conhece a realidade do mesmo.

A pesquisa registrou que os líderes tem boa vontade em passar os conteúdos descritos no livro - Guia do líder da Pastoral da Criança este aborda diversas situações da saúde da gestantes e das crianças de zero á seis anos. Também mostrou a boa vontade dos pais em acatar as informações dos líderes, mais a pesquisa mostrou que alguns só procuram atendimento no caso de emergência, ou seja, falta agregar os métodos da pastoral á consultas periódicas.

De fato a pesquisa mostrou que há preocupação com a saúde, no entanto faltam exercícios que possam favorecer mais conhecimentos sobre os devidos cuidados com a saúde e os direitos da criança nas partes física, mental e social

nas várias fases da vida dela, para assim garantir a proteção social que as crianças necessitam e que são asseguradas no ECA.

Sugiro uma ação técnica para organizar os eixos básicos ou dar mais ênfase a este nobre trabalho da Pastoral da Criança.

A presença do Serviço Social poderia dinamizar as informações com as famílias, ou mesmo enriquecer as reuniões com outros profissionais da saúde, psicólogos, advogados e outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já sabemos o Brasil passou por uma triste fase em sua história que foi o período da ditadura militar. Porém apesar de toda opressão, muitos movimentos surgiram, lutando por direitos, a frente muitos jovens e uma parcela da igreja Católica.

Após 20 anos do golpe militar o Brasil começa a se organizar, um ponto alto deste começo foi a reformulação da Constituição de 1988. Nela está escrito os direitos e os deveres da nossa nação. Na década de 80 também surgiu a Pastoral da Criança. Com o passar dos anos, podemos assim analisar a caminhada pós ditadura, um ponto importante é durante o golpe militar havia lutas constantes pela cidadania, lutas que muitas vezes acabavam em prisões ou morte, hoje todo cidadão pode expressar, questionar com mais liberdade seus direitos, pode lutar e manifestar seus anseios sociais, no entanto diminuiu o jeito das pessoas se organizar. Vemos hoje que algumas ONGS e entidades sociais manifestando seu apoio aos pobres e tantos outros seguimentos vítimas da discriminação social.

O Estado tem o dever de implantar, financiar e administrar as políticas públicas ele faz o seu papel, mas como vemos não é suficiente.

Uma outra conquista é o ECA que quase 20 anos e ainda tem dificuldades em exercer seu papel na sociedade.

Também o SUS tem suas dificuldades em dinamizar seu conteúdo junto a população

Não podemos negar que o Brasil deu passos importantes para a promoção cidadania, mas o fato é nós brasileiros precisamos manifestar os muitos anseios culturais e sociais que possibilitaram uma sociedade muito mais participativa, questionadora e provedora dos direitos.

Que as ONGs exponham seu conhecimento como um instrumento positivo, que exija do Estado o que é necessário para a população.

O pressuposto deste estudo era confirmar se o trabalho da Pastoral da Criança contribui para a ampliação dos direitos da população. O estudo realizado aponta que há propostas para promoção dos direitos, faltam outros elementos que mostrem a mobilização das famílias em relação aos seus direitos.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALMEIDA, Eurivaldo Sampaio de. Distritos Sanitários: concepção e organização. In: saúde e Cidadania_Para gestores municipais de serviços de Saúde. Vol I. São Paulo, Fundação Petrópolis Ltda., 1998.

ALVES, Zelia Maria Cortes [et.al] Infância pobre no Brasil. In: Questão Social-Políticas Sociais no Brasil Avaliações e Propostas para os anos 90-Infância e adolescência carente. Vol.7 Fundap, 1991.

BETTO, Frei. O que é comunidade eclesial de base. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BOFF, Leonardo O.F.M. E a Igreja se fez povo. Eclesiogênese: A Igreja que nasce da fé do povo. Petrópolis. 3ed. Vozes. 1986

CATAO, Francisco A.C. O que é teologia da libertação. São Paulo. Brasiliense, 1986.

Catecismo da Igreja Católica, Petrópolis. Vozes 1993.

DORNELLES, João Ricardo w.o que são direitos humanos. 1ª ed, Brasiliense (Coleção Primeiro Passos), São Paulo, 1989.

ECA-Estatuto da Criança e Adolescente. Lei Nº8069, de 13 de Julho de 1990.

Eduardo, Maria Bernadete de Paula. Vigilância Sanitária. In. Saúde e cidadania- Para gestores Municipais de Serviços de Saúde. Vol.8. São Paulo, Fundação Petrópolis Ltda, 1998.

Guia do líder da Pastoral da Criança. Curitiba, 2000. 2º Edição, Produzido e impresso com apoio Ministério da Saúde.

SOARES, Maria Luiza P. Vencendo a desnutrição: abordagem social Vol.4. São Paulo, Fundação Petrópolis Ltda, 1998.

SOLYNOS, Gisela Maria Bernades e SAWAYA, Ana Lydia. Orgs. Saúde e nutrição em creches e centros de Educação Infantil. Vol.2. 1ª ed. Salies Paulista. São Paulo.

ZAUHY, Cristina. Org. Projeto Acolhimento-Secretaria Municipal da Saúde. Impressão e acabamento: gráfica Palas Athena, São Paulo.

Site [HTTP://pt.wikipedia.org/wiki](http://pt.wikipedia.org/wiki)

SITE [HTTP://ipsterraviva.net/tv/wsf2005](http://ipsterraviva.net/tv/wsf2005)

Revista ACIM, nº 403 de abril de 2001